


REDEFININDO AS PROPOSTAS DO LIVRO DIDÁTICO SOB A LUZ DA VII CONFINTEA

REDEFINING THE PROPOSALS OF THE TEACHING BOOK UNDER THE LIGHT OF THE VII CONFINTEA
REDEFINIENDO LAS PROPUESTAS DEL LIBRO DOCENTE A LA LUZ DE LA VII CONFINTEA


Alessandra Furtado de Oliveira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn/UFF).

 0000-0001-5696-7606

Jacqueline de Faria Barros

Pós-Doutora em Estudos de Linguagem, Educação e Filosofia da Linguagem, pela UFF.

 0000-0003-3844-3264

Ruth Maria Mariani Braz

Pós-Doutora no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologia e Inclusão da Universidade Federal Fluminense. Docente I - Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro e Professora do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da UFF.

 0000-0003-2224-9643

Recebido em: 14.03.2023.

Aceito em: 16.05.2023.

Publicado em: 02.06.2023.

RESUMO:

A proposta desse artigo foi analisar uma coleção de livros de Ensino Médio a partir das convergências e divergências da VII Conferência Internacional de Adultos, referente ao protagonismo da pessoa com deficiência. A metodologia empregada foi uma revisão bibliográfica qualitativa feita em bases de dados e em três livros que fazem parte da coleção Diálogos. Os resultados apontam que falta representatividade das pessoas com deficiências e concluímos que os livros devem trazer mais narrativas sobre estas pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade; Inclusão; CONFINTEAS; Representatividade.

Introdução

Se refletirmos que estamos em movimento de aprendizagem constante, perceberemos que sempre ocorreu o que denominamos de educação de adultos. Porém o sentido que lhe foi atribuído na contemporaneidade ganhou forma no começo do século XX, quando se iniciou um movimento de valorização atrelado a questões de natureza política, econômica e social. É importante ressaltar que esta tem especificidades no tocante a sua complexidade, diversidade de práticas e finalidade (Guedes & Loureiro, 2016).

A sigla CONFINTEA, refere-se às Conferências Internacionais de Educação de Adultos, que foi idealizada e coordenada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e surgiram em meados do século XIX com o intuito de criar um documento onde todos os percalços envolvendo a Educação de Jovens e Adultos fossem problematizados, avaliando-os segundo uma esfera internacional (Guedes & Loureiro, 2016).

Ao todo já foram contabilizadas 6 edições. Na primeira delas, em 1949, em Elsinore na Dinamarca, as pautas em discussão foram: as especificidades da Educação

de Jovens e Adultos; proporcionar uma educação aberta e voltada para as condições de vidas reais da população; e que a Educação de Jovens e Adultos deveria ser desenvolvida através do espírito de tolerância. Esse era um contexto, pós Segunda Guerra Mundial, em que se pregavam os ideais de reconciliação e de paz, e de que era necessária a cooperação de todos para que o que ia ser proposto nessa Conferência pudesse dar frutos. Nessa primeira edição participaram um total de 100 participantes, incluindo Organizações Não Governamentais (ONG) e menos de 30 estados membros (Ireland & Spezia, 2014).

Na II CONFITEA, ocorrida em Montreal, no Canadá, no ano de 1960, a principal problematização girou em torno da importância dos países desenvolvidos ajudarem os que não estão no mesmo patamar no que se refere ao desenvolvimento ligado à aprendizagem e educação. Tudo girava em torno do rápido crescimento econômico que estava ocorrendo no mundo, e as suas possíveis consequências, assim como qual deveria ser o papel do Estado nessa empreitada, e dessa vez a Conferência reuniu cerca de 200 participantes, cerca de 50 estados membros mais ONG.

A III CONFITEA ocorreu em 1972, em Tóquio, e trouxe para a pauta uma abordagem bem maior sobre a educação, e a partir desses debates surgiram as chamadas categorias de ensino escolar e extraescolar, que tinham como finalidade aprofundar a educação integral da pessoa independente de sua idade, pois somente através dessa execução, haverá um desenvolvimento desses países em seus aspectos educacionais, econômicos e culturais. O contexto dessa reunião era o de um momento pós-independências para alguns países, a maioria do continente africano. Dela participaram 80 estados membros e ONGs, num montante de 400 pessoas, que explicitaram suas influências de Paulo Freire e de J. Roby Kidd, que fundou o Conselho Internacional de Jovens e Adultos (ICAE). Cuba foi um destaque nessa CONFITEA devido a suas condutas consideradas progressistas (Ireland & Spezia, 2014).

A IV CONFITEA ocorreu em 1985 em Paris. Nela o destaque foi o “direito de ler o próprio mundo e escrever a história”, o que nos demonstra a importância de dar voz e lugar para as pessoas com realidades tão distintas em lugares diferentes do planeta, o protagonismo se faz indispensável segundo suas especificidades. Era um contexto de grande crise econômica a nível mundial, e havia um forte clamor quanto a contenção nos orçamentos públicos. Também foram pontos importantes da pauta, o acesso aos recursos educacionais, desenvolvendo as capacidades individuais e coletivas. Além de frisar a necessidade do cumprimento de todos terem direito a uma educação que seja de qualidade, e usufruíssem de novas tecnologias de informação. Participaram dessa

CONFINTEA cerca de 100 estados membros, mais ONG, num total de aproximadamente 800 participantes. O ICAE insurge com apoio da China, Canadá, países Nórdicos, Índia, e Liga Árabe, para que formassem uma aliança entre ONGs e governos progressistas (Brasil, 2008).

A V CONFINTEA, foi em 1997 e ocorreu em Hamburgo, e teve uma peculiaridade que a tornou diferente de todas as outras que as antecederam. Pela primeira vez uma parcela considerável de parceiros, que incluíam representantes da sociedade civil. Segundo seus idealizadores, a Educação de Jovens e Adultos abrange por inteiro o processo de aprendizagem, quer ele seja considerado formal ou informal, de desenvolvimento, habilidades e conhecimento como direito, ferramenta, prazer e responsabilidade compartilhada. O espaço de debates foi estendido ao desenvolvimento sustentável com equidade, e respeito às diferenças. Dessa vez participaram mais de 150 estados membros, mais de 500 ONG, e aproximadamente 1.300 pessoas. As ONGs não podiam votar e as mulheres tiveram um protagonismo maior que nas edições anteriores, graças aos movimentos e mobilizações femininas que ultrapassaram os muros das especificidades de cada país ou região (Brasil, 2008).

No ano de 2009, ocorreu no Brasil, em Belém, a VI CONFINTEA, que tinha como carro chefe, a reavaliação dos pontos da V Conferência reafirmando a importância em se criar mecanismos de advocacia para a Educação de Adultos ressaltando os compromissos que não foram concretizados até aquela época. Nessa Conferência, ao contrário do que havia ocorrido na anterior, foi decidido de acordo com o regimento o caráter estritamente intergovernamental do evento. Por isso, por mais que a sociedade civil tivesse representante, não existia participação avulsa. Ocorreu um seminário online para que ocorresse uma maior problematização das questões que envolviam: alfabetização para todos, educação e migração, educação de pessoas adultas no mundo de trabalho e redução de pobreza (Guedes & Loureiro, 2016).

A VII CONFINTEA, realizada em Marrakesh entre 15 e 17 de junho de 2022, se discutiu os desafios e progressos em relação à edição anterior, e abriu espaço para discussões sobre cinco áreas que seguem sendo relevantes na atualidade: política, governança, financiamento, participação, inclusão equidade, e qualidade. E a análise que segue sobre três livros da coleção de livros do Ensino Médio, a saber, "Diálogos em Ciências Humanas", da Editora Ática, trazem todas essas reflexões dando ênfase maior ao que se refere à pessoa com deficiência.

Assim a finalidade deste artigo, é analisar três livros de Ensino Médio, da coleção Diálogo, a partir das convergências e divergências do que foi proposto da VII

CONFINTEA, realizada em Marrakech nos dias 15 a 17 de junho de 2022, ressaltando ao que refere ao protagonismo da pessoa com deficiência à luz desse material oficial divulgado nas escolas.

Metodologia

Para a elaboração do material, utilizamos de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, e com intuito de produzir um material de divulgação científica foram utilizados artigos encontrados nas plataformas de bases, como: Educapes, Google Acadêmico, Scielo, Researchgate. Pois a partir dos mencionados trabalhos, podemos fazer análises e comparações, discutindo com os livros da coleção Diálogo a luz do que se deliberou na VII CONFINTEA.

Resultados

Sobre a análise dos livros didáticos, fizemos considerações sobre a coleção “Diálogos em Ciências Humanas”, da editora Ática, (figura 1) para o segmento do Ensino Médio. A obra foi elaborada por Cláudio Vicentino, Eduardo Campos e Eustáquio de Sene. É composta por 6 livros, cada um deles com algum subtítulo, trazendo uma prévia do que o volume aborda. Em cada obra, há 4 capítulos. Os livros são de cores diferentes, com temas distintos: o livro vermelho, com o tema, “Compreender o mundo”; o livro azul claro, com o tema, “Construção da cidadania”, o livro verde, com o tema, “Importância do trabalho”, o livro azul escuro, com o tema, “Mundo em movimento”, o livro rosa com o tema, “Convívio democrático” e, por último, o livro laranja, com o tema, “Consciência ambiental”. Como os assuntos são muito abrangentes, optamos por nos ater aos três primeiros mencionados anteriormente, pois entendemos que seus itens dialogam mais com os pontos que queríamos destacar, salientamos, porém, que existem materiais nos demais para que sejam feitas outras considerações sobre essas mesmas questões.

Figura 1 Capa dos Livros: “Diálogos em ciências humanas: Compreender o mundo”



<https://bitly.com/TLXSvF>



<https://bit.ly/3wbl1tf>



<https://bit.ly/3waCNI6>

A edição do livro vermelho, com o tema, "Compreender o mundo, em seu capítulo 1, a obra discorre sobre "Ciência, cultura e identidade". Segundo o "Livro do professor". Uma das especificidades deste capítulo (p. 18) **é reconhecer as características do ser humano**. Porém, em nenhum momento da obra há destaque sobre essas características físicas ou psicológicas, específicas ou sobre o ser humano a respeito do qual o livro deseja tratar, pois os seres humanos são diferentes, e há espaço para todos em suas especificidades.

Na página 25, o livro mostra o Abaporu, de Tarsila do Amaral, uma importante pintora brasileira modernista.

Ao abordar o tema do Movimento Modernista brasileiro, perdeu-se a oportunidade de mencionar uma das mais importantes precursoras do movimento, a saber, Anita Malfatti, jovem pintora, que iniciou seus estudos com a mãe. Apesar da atrofia de Anita, que tinha na mão direita, passou a pintar com a esquerda e, posteriormente, estudou na Alemanha, onde se aperfeiçoou, servindo de exemplo de PcD, pois sua limitação não a tornou improdutivo. O que nos aproxima do preâmbulo 4 da CONFINTEA VII, que diz que, "... a aprendizagem deve ocorrer ao longo de toda vida..."(UNESCO, 2022, p. 1) reforçando que a busca por aperfeiçoamento da pintora nunca cessou em sua existência, é necessário a compreensão de que educação é um processo e não há fim para essa prática. No preâmbulo 5, também afirma que, especialmente no período pós-pandêmico, é necessário que "o governo crie estratégias para satisfazer as necessidades da sociedade e do mundo do trabalho" (UNESCO, 2022, p. 2). É fundamental em um mundo onde as informações e metodologia envolvendo vários setores de trabalho caminham numa constante, que os jovens e adultos consigam se apropriar dessas inovações para que possam ser inseridos no mercado de trabalho.

O capítulo 2 sobre "Etnia e identidade", dentre os objetivos que se pretende alcançar listados na página 44 estão: **compreender criticamente o etnocentrismo, a xenofobia e o racismo, e a importância do respeito ao outro**. Mais uma vez, a pauta poderia incluir a pessoa com deficiência em várias passagens do capítulo, uma vez que entendemos o respeito como transversal, atingindo todas as pessoas com ou sem deficiência. Nesse sentido, o preâmbulo 12, diz que:

Num momento em que as sociedades estão ameaçadas pelo aumento do fanatismo e extremismo violento, crescente desconfiança da ciência e crescentes desigualdades dentro e entre países, a AEA pode ser uma resposta política poderosa para consolidar a coesão social, melhorar o desenvolvimento de competências socioemocionais,

assegurar a paz, fortalecer a democracia, melhorar a compreensão cultural, eliminar todos os tipos de discriminação e promover a coexistência pacífica e cidadania global ativa (UNESCO, 2022, p. 4).

Observamos, de uma maneira geral nas mídias, que os ataques contra estas pessoas estão sendo cada vez mais constantes. Os meios de comunicação, de uma maneira geral, veiculam modelos de padrões de beleza que não atingem todos. Na busca pelo padrão ideal, muitas vezes aquele que não se “encaixa” dentro da proposta é hostilizado e o abismo da exclusão se torna ainda maior para a PcD. Aqui verificamos na página 58, depois de um fragmento da Constituição Federal Brasileira de 1998, há um texto sobre a necessidade de se respeitar a diversidade, citando, brevemente, “mulheres, negros, indígenas, quilombolas, transexuais, refugiados, deficientes físicos, etc.”, que dialoga com a CONFINTEA VII, quando se refere ao tópico de Promover a inclusão, item 31 e 32, onde se comprometem a...

(...) colocar a diversidade, (...) inclusão, acessibilidade e equidade nos centros dos nossos esforços, reconhecendo-os como prioridades para aumentar o acesso à AEA, para pessoas marginalizadas ou desfavorecidas e grupos e comunidades sub representados e vulneráveis (UNESCO, 2022, p. 10).

Nesse contexto, é importante lembrar que a nossa Constituição de 1988 assegura:

CAPÍTULO II- DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

§ 2º A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

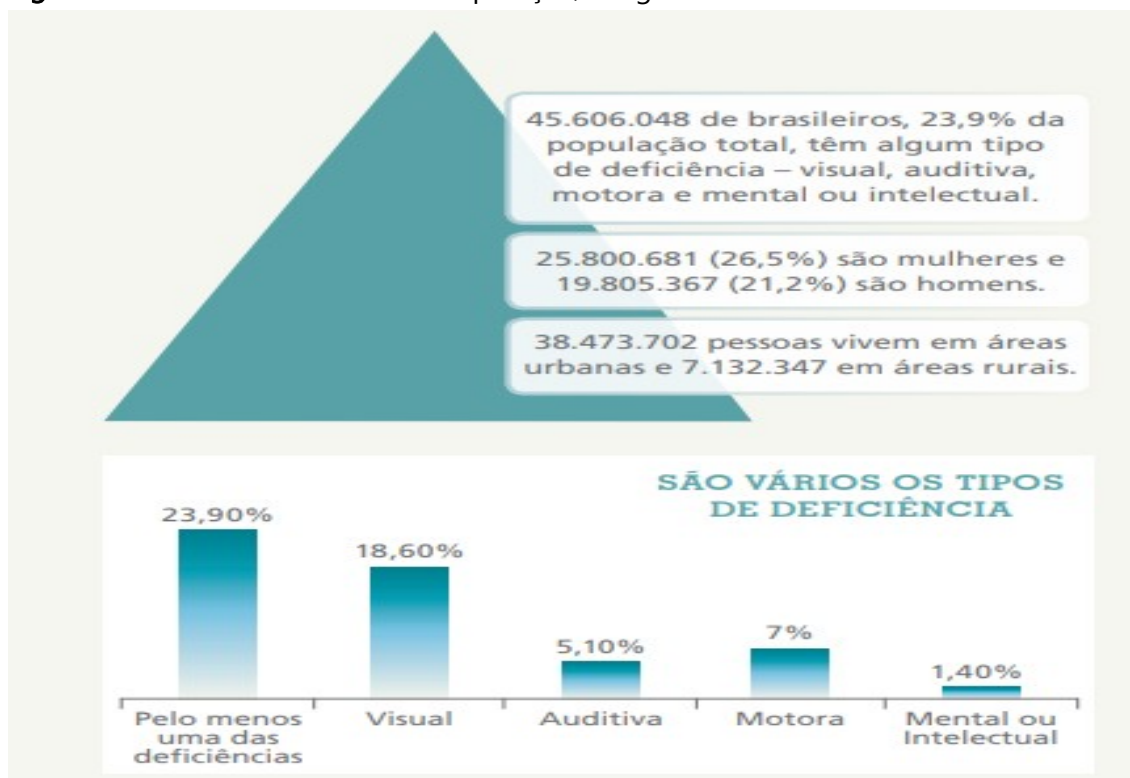
Art. 5º A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.

Parágrafo único. Para os fins da proteção mencionada no **caput** deste artigo, são considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência (<https://bitly.com/QGrcCP>).

É de fundamental importância lembrar ao jovem que no nosso país temos uma parcela considerável da população que nasceu com algum tipo de deficiência ou se tornou uma pessoa com deficiência (figura 2). Lembrando que são consideradas

pessoas com deficiências (PcD) todas aquelas que possuem, a longo prazo, impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial e que, durante a interação social (de origens diversas) podem, de alguma forma, serem impedidas de participarem plenamente da sociedade (considerando-se as condições das demais pessoas). Sendo assim, é dever de todos zelar para que o que foi estabelecido como lei seja cumprido, exercitando a empatia e fazer como afirma o preâmbulo 12, "(...) *assegurar a paz, fortalecer a democracia, melhorar o entendimento cultural, eliminar todo o tipo de discriminação e promover a convivência pacífica e a cidadania ativa e global*" (UNESCO, 2022, p. 4).

Figura 2 Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência-IBGE



Fonte: <https://bitly.com/NBJmde>

No capítulo 4, cujo título é "Reflexões sobre o tempo", percebemos uma outra boa oportunidade de falar sobre como as PcD eram vistas na Antiguidade tecendo um paralelo com o presente, no combate às discriminações de quaisquer espécies, já que aborda questões relacionadas a mudanças que ocorrem através dos tempos, quebrando paradigmas. Como sabemos que as sociedades são dinâmicas e vão se transformando, seria interessante mostrar a forma de tratamento dispensada à PcD, na História Antiga Ocidental.

Na História, há registros de que tanto na sociedade romana (onde era comum que fizessem sacrifício de crianças com deficiência), quanto na sociedade grega esparta, cujos ideais de *pólis* era o ideal da perfeição dos corpos, não comportando, portanto, a deficiência, salientamos que em ambas as sociedades, os sujeitos considerados infames, não era benquisto (Lobo, 2015). Temos, em contrapartida, o modelo que existia em outra pólis grega, Atenas, cujo modelo assistencialista partia do princípio da justiça e todos deveriam ser tratados de uma mesma forma, inclusive a PcD.

O próximo volume da coleção é intitulado: "Diálogos em ciências humanas: Construção da cidadania", corresponde ao livro azul.

O seu primeiro capítulo, cujo nome é "Dimensões da cidadania", traz uma parte, na página 38, que fala sobre "Os excluídos na História do Brasil: negros e indígenas". O autor poderia incluir a temática dos deficientes, dos invisibilizados pelo processo histórico, já que estamos falando de sujeitos que contribuíram, tanto quanto quaisquer outros, para a construção do Brasil e sofreram ao longo dos anos um processo de apagamento por parte dessa narrativa oficial, justificadas da seguinte forma:

Inicialmente, pessoas com deficiência eram associadas a um castigo divino, ou mesmo a obras do demônio. Mas, em seguida, houve o momento de intensa invisibilidade histórica, em que passaram a ser consideradas, na perspectiva religiosa, como munidas de alma, logo, filhas de Deus, o que fez com que se tornasse um crime simplesmente matá-las, mas permaneceram sendo segregadas e retiradas da sociedade (Braga, 2018, p. 60).

O capítulo seguinte, "Desafios para a construção da justiça social no Brasil", tem em seu texto inicial várias impressões de estrangeiros sobre o Brasil, construindo uma narrativa que mostra como a desigualdade está presente nos tratamentos e nas ofertas de oportunidades às pessoas que não são reconhecidas em suas formas de alteridade, o que vai de encontro ao que se prega no preâmbulo 7, da VII CONFINTEA, no que diz respeito ao: "(...) *a aprendizagem e educação de adultos que transformam as relações de gênero devem ser integrais, holísticas e intergeracionais e reunir os atores da educação com os setores como a saúde, a proteção e a justiça*" (UNESCO, 2022, p. 2, 3).

Neste momento, caberia uma abordagem sobre as pessoas com deficiências físicas, a respeito de leis que os amparam e sobre não poderem acessar as mesmas oportunidades que os demais cidadãos. Afinal temos como suporte a Declaração Universal dos Direitos Humanos, determinada pela resolução 217 A III), em 10 de dezembro de 1948, que afirma em seu Artigo 23, "*toda pessoa tem direito ao trabalho,*

à livre escolha do seu trabalho e a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego". Na verdade, não podemos ver esse direito sendo exercido em sua plenitude. Observemos na figura 3, a seguir:

Figura 3 Categorias de emprego e ocupação



Fonte: <https://bitly.com/NBJmde>

Na página 64, o texto fala sobre "Diversidade, particularidades e igualdades", mas em nenhum momento faz menção aos deficientes, quer seja no texto quando cita a Constituição Cidadã, de 1988, quer seja no gráfico, evidenciando as desigualdades em médias salariais. Vale destacar, que segundo a VII CONFINTEA, "(...) em 2021, mas de 770 milhões de adultos não eram alfabetizados, deles, três em cada cinco eram mulheres (...)" (UNESCO, 2022, p. 5). Neste capítulo, há referência às mais novas leis que asseguram direitos aos negros, aos indígenas, aos idosos e aos jovens, mas não há referência às pessoas com deficiências (p. 71 a 77).

É importante que a PcD ocupe o espaço que tem por direito, pois a sua existência não é um fator novo. Elas sempre existiram, mas, de acordo com a época em que viveram, tiveram tratamento diferenciado, como afirma no livro "A epopeia ignorada", de Oto Marques Silva:

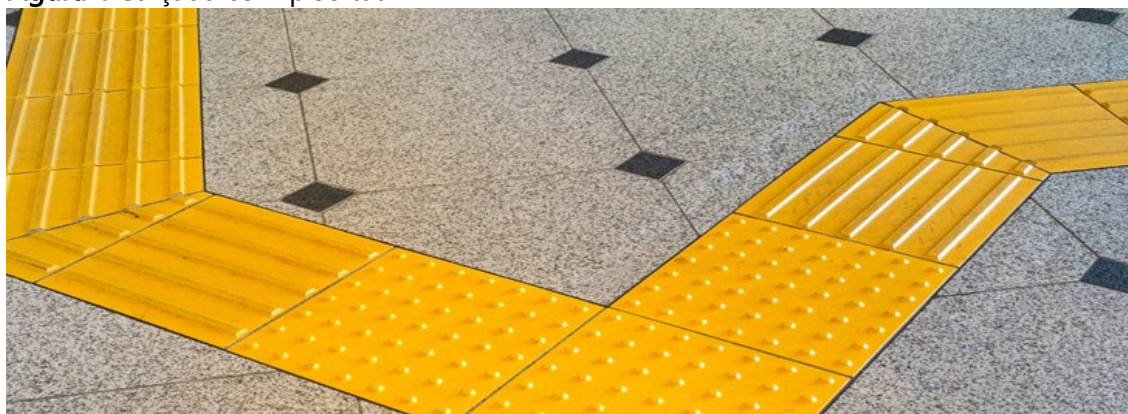
Anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto a própria humanidade. Através dos muitos séculos da vida do homem sobre a Terra, os grupos humanos de uma forma ou de outra tiveram que parar e analisar o desafio que significavam seus membros mais fracos e menos úteis, tais como as crianças e os velhos de um lado, e aqueles que, vítimas de algum mal por vezes misterioso ou de algum

acidente, passavam a não enxergar mais as coisas, a não andar mais, a não dispor da mesma agilidade anterior, a se comportar de forma estranha, a depender dos demais para a sua movimentação, para a alimentação, para abrigo e agasalho (Silva, 1986, p. 11).

É importante esse olhar de empatia, porque estamos todos sujeitos, em algum momento, a nos tornarmos PcD. Sendo assim, esse é um assunto deveras importante para ser discutido e para que possamos fazer toda uma reflexão junto ao discente e a sociedade, pois desta forma pensaremos no coletivo em escala planetária como prega a Eco pedagogia.

No capítulo 3, intitulado “A cidade e a cidadania”, mencionamos a segregação socioespacial e a precariedade habitacional. Contudo, não faz nenhuma referência à arquitetura da cidade, de uma maneira geral. Esta seria a oportunidade de mencionar sobre as significativas mudanças, embora ainda incipientes, das rampas de acesso em calçadas, semáforos sonoros, braile em elevadores e em algumas portarias de edifícios, calçadas com acessibilidade com pisos táteis (figura 4), contribuições para a acessibilidade das pessoas com deficiência. Dentre os problemas sociais urbanos, mencionados na página 112, é importante incluir essa questão arquitetônica. O texto restringe-se às questões econômicas que contribuem para essa realidade, como se esta fosse a única forma de segregação existente.

Figura 4 Calçada com piso tátil



Fonte: <https://bit.ly/3ylHeoG>

A sinalização tátil no piso tem como objetivo alertar e direcionar a pessoa com deficiência visual. Esta tem quatro funções principais (ABNT NBR 9050): Função identificação de perigos (sinalização tátil alerta): informa a existência de desníveis ou outras situações de risco permanente; Função condução (sinalização tátil direcional): orienta o sentido do deslocamento seguro; Função mudança de direção (sinalização tátil alerta): informa as mudanças de direção ou opções de percursos; Função marcação de atividade (sinalização tátil

direcional ou alerta): orienta o posicionamento adequado para o uso de equipamentos ou serviços (Bigate, et al., 2017, p. 370).

Como vivemos em um mundo onde o uso das tecnologias se faz cada vez mais presente é importante salientar o quanto os recursos tecnológicos podem melhorar a qualidade de vida à PcD e de todos, como afirma a VII CONFINTEA, no item 18, que dispõe sobre os “Princípios e áreas prioritárias”:

(...) Promover a igualdade de acesso para todos os alunos, incluindo os adultos mais velhos, a aprendizagem em ambientes digitais: a tecnologia está introduzindo mudanças importantes nas formas de aprender e ensinar adultos, assim como as habilidades necessárias. Tornou-se um poderoso facilitador e catalizador para a aprendizagem individual (...) (UNESCO, 2022, p. 5, 6).

Infelizmente, há tão pouco investimento no país para que as tecnologias sejam de alguma forma mais abrangentes e usufruídas por todos.

Nesse sentido, devemos entender a deficiência como um fenômeno que está muito além do corpo, propondo uma comunicação da PcD com todo o seu entorno. Assim, faz-se necessária a construção de políticas públicas que possam contemplar cada vez mais a variedade de corpos que existem, onde alguns enfrentam certas limitações. Para este fim, a tecnologia assistiva é fundamental.

Apesar dessa realidade estar se modificando gradualmente, resta a crença de que suas especificidades são um impeditivo para o trabalho. Nesse viés, as manifestações e lutas para inclusão das PCD no mercado de trabalho ganham importantes aliados advindos dos avanços tecnológicos e dos recursos em TA, pois eles devem ser entendidos como uma ferramenta de auxílio que irá promover a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada que se encontre impedida por circunstância da deficiência (Silva & Ferraz, 2020/2022, p. 96).

O capítulo seguinte, “Direitos Humanos e prática social”, traz uma longa análise sobre como surgiram e foram aprimoradas as leis que asseguram os Direitos Humanos. Ele discorre sobre a Declaração Inglesa de Direitos (1689), na pág.124, quando membros das elites procuram argumentar, usando a linhagem consanguínea, sobre o motivo de serem agraciados de acordo com suas hierarquias. Em seguida, temos a Declaração Americana os Direitos (1791) na pág. 124, cuja meta era proteger as liberdades de expressão, de imprensa, religião e de direitos básicos, mas que ao mesmo tempo, não considerava o cidadão, as mulheres, os negros e o índio. Sobre

essa última categoria há dentre recomendações da VII CONFINTEA a de que diz: "*Também é imperativo que objetivos de equidade e inclusão levem em conta especialmente as realidades dos povos indígenas e suas responsabilidades para com eles*" (UNESCO, 2022, p. 8).

Na pág. 125, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) também conhecida como a Declaração dos *Direitos de Primeira Geração* impulsionou e abriu caminhos para marcos jurídicos contra o Absolutismo vigente. A declaração está pautada na liberdade do sujeito. Ainda são mencionados os *Direitos de Segunda Geração*, criados no contexto da Revolução Industrial e no bojo das lutas trabalhistas. Eles viam como imprescindível a **Igualdade**, mola motriz das transformações. Já no campo conhecido como *Direitos de Terceira Geração* é mencionada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, p. 127). Nela prima-se pela defesa do coletivo e dos diferentes povos e comunidades. Sobre isso, o maior enfoque está em questões envolvendo a **Fraternidade**. Assim, mais uma vez, perde-se um bom momento para se fomentar reflexões sobre a forma de tratamento da PcD, desde a Antiguidade. Nesse contexto, era importante destacar os motivos que levaram a criação do Braille como o que conta o seguinte fragmento:

As comunicações militares deveriam ser não só rápidas, mas também indecifráveis no caso de serem interceptadas. (...) A referida escrita estava ao alcance do tato e podia facilmente ser traçada a canivete. O oficial de artilharia Barbier apercebeu-se das vantagens de elaborar um código que permitissem redigir as mensagens sem luz e que pudessem ler no escuro com os dedos (Fernandes, 2014, p. 26).

Nas páginas subsequentes, há reflexões sobre os conceitos existentes em relação a diferenças e desigualdades. No entanto, o enfoque maior está em torno da questão dos indígenas. Na página 134, é citada a Constituição Brasileira de 1988, frisando sobre a necessidade de reduzir as desigualdades sociais e regionais. E há também dentro das questões da VII CONFINTEA, nas "Recomendações de ações para uma Educação de Jovens e Adultos (EJA ou AEA) transformadora", em seu item 22 a seguinte fala:

Reconhecemos o valor das plataformas multisetoriais para apoiar a governança da AEA com todos os atores relevantes e chaves, incluindo, em particular, ministérios, organizações da sociedade civil, juventude, setor privado, universidades e provedores da AEA (...) (UNESCO, 2022, p. 7).

E a partir da pág. 136, há descrições apresentando a diferença entre Organização não governamental (ONG) e Organização da Sociedade Civil (OSC), a

saber, de iniciativa privada, sem fins lucrativos e que prestam serviços de caráter público. Essas não estatais e sem uma figura jurídica. As OSC, ao contrário, possuem figura jurídica e, em sua maioria, funcionam em atuação restrita ao local onde estão inseridas, como evidencia o registro na figura 5:

Figura 5 Brasil: distribuição das OSC por área de atuação – 2009



Fonte: elaborado com base em IPEA. *Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Dados e Indicadores*, 2020.
Disponível em: <https://mapaosoc.ipea.gov.br/dados-indicadores.html>. Acesso em: 7 ago. 2020.

Fonte: <https://bit.ly/3wkk0m0>

Em seguida, discorreremos sobre as ONGs que atuam em instâncias nacionais e internacionais. A primeira é a *Anti-Slavery International* (Antiescravidão Internacional), ONG mais antiga do mundo, criada em 1839, no Reino Unido, cujo nome já mostra sua área de atuação. A segunda, a *Human Rights Watch* (HRW), fundada em 1978, em Nova York, que atua sobre investigação de violação dos direitos humanos, defendendo o combate ao comércio de armas e a luta pelos direitos LGBTQI+, das pessoas com deficiência. Importante notar que é o primeiro livro em que observamos a menção aos Direitos das crianças, das mulheres, dos migrantes, da liberdade de expressão, do combate ao terrorismo e a tortura. A terceira, Anistia Internacional (*Amnesty Internacional*), (figura 6) criada por intelectuais britânicos no ano de 1961, que procura denunciar atrocidades cometidas a prisioneiros, em várias partes do mundo, por razões políticas ou outras.

Figura 6 Logotipo das ONG: Antiescravidão Internacional, Human Rights Watch, Anistia Internacional, Médicos Sem Fronteiras, Oxfam, Repórteres Sem Fronteiras, e Observatório da Imprensa



Fonte: <https://bit.ly/3FMqSNi>

A obra cita, ainda, os Médicos Sem Fronteiras (MSF), ONG criada em 1971, em Paris, com atuação internacional, responsável por levar cuidados a pessoas afetadas em crises humanitárias. A quinta ONG é a Oxfam, criada em 1942, no Reino Unido, cujo nome deriva da contração de *Oxford Committee for Famine Relief* (Comitê de Oxford para o Alívio da Fome), com o intuito de levar comida a mulheres e crianças famintas da Grécia ocupada, na ocasião, pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Quando a guerra acabou, a ONG estendeu seu auxílio e área de atuação. Desde 1995, passou a ser internacional. No Brasil, a ONG atua em três áreas temáticas: justiça social e econômica, juventude, raça e gênero, e setor privado e Direitos Humanos, assim como os Médicos Sem Fronteiras (RSF), criada em 1985, na França, que defende a liberdade de expressão. O capítulo termina fazendo uma reflexão sobre as várias formas de violação dos Direitos, em setores diferentes, focando na questão do trabalho escravo tanto de negros como de migrantes.

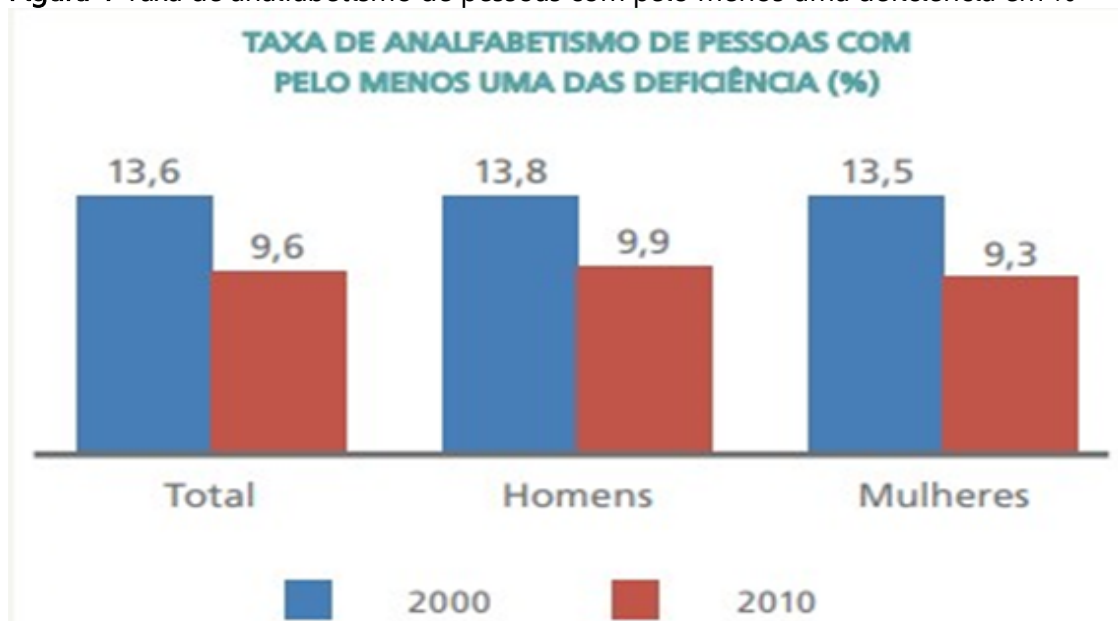
O livro verde cujo título é "Importância do trabalho", no capítulo 1, "Concepções de trabalho", trata do conceito de trabalho e de como o trabalho é uma atividade que contribui para a transformação da sociedade assim como para a edificação dos homens. Comenta-se, então, sobre como foi feita a exploração das pessoas desde a época medieval até a moderna, dando o enfoque sobre o sistema escravista e fazendo uma comparação sobre as mudanças e as permanências de ideias entre esses períodos.

Nessa obra, o autor poderia mencionar sobre como a pessoa com deficiência também contribui para a construção da sociedade como um todo. Contudo, para que isso seja colocado em prática é de fundamental importância que a PcD possa ter acesso e permanência a uma educação de qualidade, adaptada às suas peculiaridades. A VII CONFINTEA destaca que a formação é um processo contínuo e que deve ser fomentado ao longo da vida. Ressalta no item 20 de Princípios e áreas prioritárias que:

(...) a aprendizagem ao longo da vida será fundamental para enfrentar os desafios que a humanidade enfrenta, desde a crise climática às mudanças tecnológicas e demográficas, sem esquecer as *colocadas pela pandemia da COVID-19 e as desigualdades que ela acentuou* (...) (UNESCO, 2022, p. 6, 7).

Embora os dados recentes informem (figura 7) que existem leis que amparam a PcD, elas não são efetivas, na prática.

Figura 7 Taxa de analfabetismo de pessoas com pelo menos uma deficiência em %



Fonte: <https://bit.ly/3PiynQx>

Nesse sentido, há referências de avanços que ocorreram para oportunizar a PcD condições de qualificação e inserção no mercado de trabalho, tomando como ponto de partida a educação como um fim e um meio do ser humano se desenvolver integralmente. Na prática, podem acontecer entraves que comprometem uma possível carreira no mercado de trabalho. Mesmo assim, entendemos que o estudo é um direito inalienável e universal e que é por meio da educação de qualidade que a PcD se prepara para obter autonomia e independência a fim de usufruir de uma vida com

dignidade. É importante ressaltar que na VII CONFINTEA, o item que se refere a “Garantir a qualidade de aprendizagem” (UNESCO, 2022, p. 8), menciona a importância dos professores e educadores, incluindo tutores voluntários, e todos que se envolvem com essa modalidade de ensino. Salientando da importância em se desenvolver estratégias para profissionalizar e especializar todos esses agentes de maneira contínua, com intuito de que isso se refletirá em melhores condições de trabalho, remuneração, e conseqüentemente atingirá melhores resultados ainda entre seus discentes.

O capítulo 2, “Capitalismo e transformações no mundo do trabalho”, versa sobre a Revolução Industrial e suas conseqüências sociais. Nesse contexto é fundamental a discussão sobre a quantidade de incidentes que aumentam o número de PcDs tanto no interior quanto nas cidades grandes, incidentes oriundos de situações relacionadas, muitas vezes, ao ambiente de trabalho. Tais situações ocorrem desde o início da Revolução Industrial, com o aumento das máquinas, mas continuam ocorrendo na atualidade. Doenças e mortes prematuras em conseqüência da labuta.

Os acidentes e as doenças do trabalho, ao contrário das doenças pestilenciais ou epidêmicas, são extremamente seletivos. Afinal, atingem os trabalhadores, especialmente os de determinadas categorias que estão nos níveis mais baixos da hierarquia da divisão social do trabalho e que exercem as funções mais perigosas e insalubres, pelo simples fato de não poderem optar por outras funções mais seguras e mais bem remuneradas. Logo, assim como o trabalho modela a vida dos sujeitos, os acidentes e as doenças decorrentes dele são eventos marcantes que interrompem e desviam as trajetórias de milhares de trabalhadores e de suas famílias, muitas vezes, condenando cidadãos e cidadãs a uma vida submissa e dependente da filantropia ou de políticas públicas no campo da previdência, que lhes garantem apenas, quando muito, a subsistência (Silva, 2015, p. 11).

Vale ressaltar, aqui, que nem sempre a deficiência é congênita. Como já mencionado, muitas vezes ela advém de uma situação ou acidente no espaço de trabalho. Esse é um fator que remonta aos períodos iniciais da Revolução Industrial, quando funcionários tomados por jornadas de trabalhos exaustivos, inclusive crianças, caíam sobre as máquinas e acabavam por se envolver em acidentes.

Muitos desses acidentes acontecem por problemas em função da falta de equipamentos adequados para realizar alguma função ou deles não contemplarem itens de segurança adequados. Há registros de casos de profissionais expostos a materiais perigosos, sem contar com as doenças de fundo emocional, que também

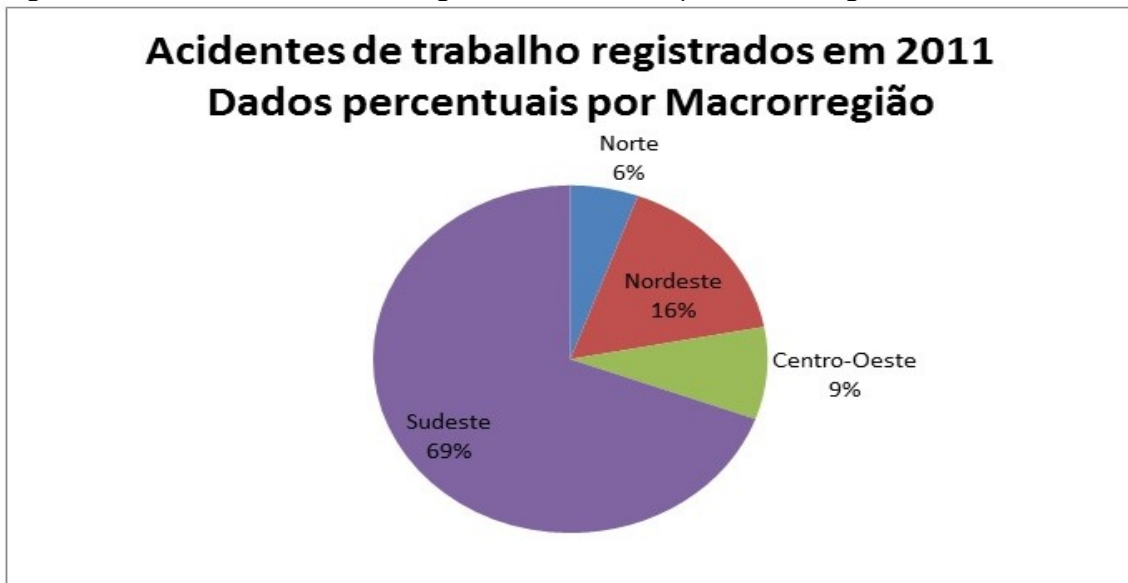
contribuem para o afastamento provisório ou permanente de algumas pessoas, como afirma o seguinte fragmento:

Se adicionarmos a estes números as doenças ocupacionais, mais silenciosas, de evolução mais demorada e dificilmente reconhecidas como decorrentes do trabalho, o problema da incapacidade – quando não da morte – decorrente do trabalho se torna ainda mais dramático. Mas, essa triste realidade, de pernas e braços amputados, de sequelas físicas e psicológicas e, até, de vidas que são ceifadas, é arditamente ignorada, nos mais diversos âmbitos de nossa sociedade. Conforme bem disse Chico Buarque, na canção Construção, lançada em 1971 e que sintetizou o drama social dos acidentes de trabalho produzidos pelos posicionamentos políticos e econômicos da ditadura militar que redundaram no “milagre” brasileiro, são muitos os que, ainda hoje, morrem “na contramão, atrapalhando o tráfego, o sábado, o passeio público” (Silva, 2015. p. 5).

Ainda nesta obra, é apresentado um espaço sobre como as tecnologias auxiliam no aumento da produção em larga escala. Nesse contexto seria interessante acrescentar o fato de como as tecnologias mais modernas podem servir como elementos reabilitadores, cada vez mais necessários na atualidade, tendo em vista a quantidade de situações resultantes de acidentes de trabalho, como verificamos no gráfico da figura 8. É necessário trabalhar dentro do que recomenda a VII CONFINTEA, em seu item 17 de “Princípios e áreas prioritárias” (UNESCO, 2022, p. 5), lembrando que todo esse acelerado processo que permitiu tantos avanços, também acelerou o aquecimento global que representa uma enorme ameaça ao futuro da humanidade, se faz urgente, a criação de medidas, modelos e indústrias sustentáveis.

No gráfico a seguir, salienta-se que a deficiência não é necessariamente congênita e que o uso de tecnologias pode facilitar e trazer muitas PcD para o mercado de trabalho, possibilitando a verdadeira inclusão. Por meio do uso de próteses, órteses e outros equipamentos, elas podem ser inseridas no mercado de trabalho e não terem de conviver com uma visão comumente reducionista (que as limitam por serem deficientes).

Figura 8 Acidentes de trabalho registrados em 2011 por Macrorregiões



Fonte: <https://bit.ly/3MglnJq>

No capítulo 3: “Produção Industrial e revolução informacional”, nos deparamos com reflexões sobre questões que envolvem a classificação, distribuição e importância das indústrias, bem como sobre os processos de automação que a Revolução Industrial realizou ao longo dos tempos, acelerando seu processo de produção. Novamente a questão do avanço das tecnologias está presente, direcionada à quantidade de bens existentes à disposição no mercado. Nesse sentido devemos afirmar que na VII CONFINTEA, há uma preocupação constante com a educação no que se refere aos aspectos climáticos, entendendo que ela deve ser integrada ao longo da vida. Pois tanto as novas, quanto as mais antigas gerações tem responsabilidades sobre o problema, devendo então ter sensibilidade sobre o assunto no sentido de buscar ações que possam minimizar seus efeitos.

No capítulo, faz-se necessário trazer uma reflexão a respeito dessas novas tecnologias, se estão ao alcance de todas as pessoas e como seria importante poder fazer uso delas nesse processo que busca o exercício efetivo da verdadeira inclusão, como afirma no item 18, “Princípios e áreas prioritárias”:

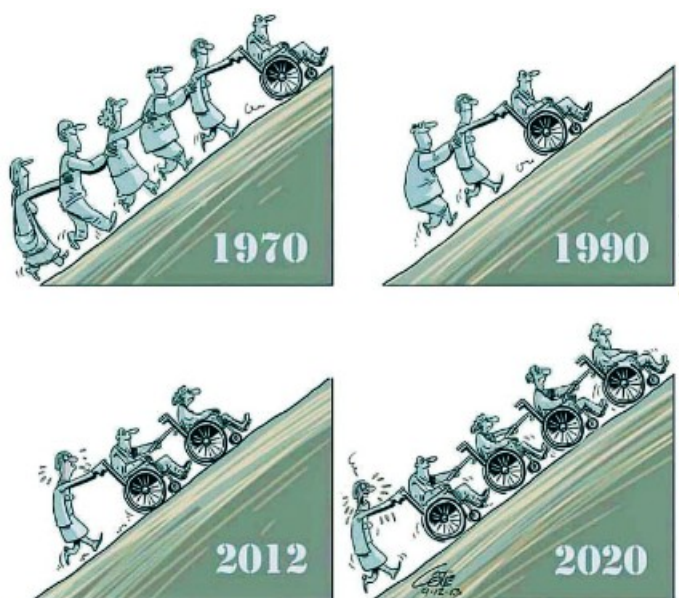
(...) A criação de estratégias, políticas e instrumentos eficazes, a redução da exclusão digital, aumentar o acesso, abordar as relações de poder online e evitar abuso da tecnologia são aspectos fundamentais para estabelecer o poder transformador e emancipador da AEA (...) (UNESCO, 2011, p. 5, 6).

Esse assunto é bem recorrente neste livro. Acreditamos que por ser uma temática que abrange todos os espaços da sociedade, há a necessidade de se abordar o tema sob diferentes prismas.

Percebemos, porém, que em nenhum momento a abordagem cita a PcD. Afinal, tanto a robotização, quanto o uso de inteligência artificial, faz a diferença na vida dessas pessoas, desde que elas tenham e saibam utilizar essas ferramentas, como já destacamos em outros pontos de análise.

No capítulo 4, "Trabalho no mundo globalizado", há a construção de uma narrativa sobre os avanços, por décadas, das técnicas e das tecnologias no trabalho. Pela primeira vez podemos ver, concretamente, uma menção a PcD, quando na página 132 (figura 9), em uma charge que critica o modelo neoliberal aparece uma referência a uma órtese na figura de uma cadeira de rodas.

Figura 9 Charge do livro que critica o modelo Neoliberal no contexto do Estado de Bem-estar social



A charge retrata a leitura neoliberal do Estado de bem-estar social, defendendo sua reforma.

Fonte: <https://bit.ly/3sBEuG0>

Embora o texto fale sobre o uso de tecnologias, isso não é mencionado. É compreensível que o mote central da charge seja fazer uma crítica ao neoliberalismo e como ele sobrecarrega a população menos favorecida. Porém, como a ideia é instigar o aluno a refletir sobre a funcionalidade das tecnologias assistivas, este era um bom momento para trazer essa inserção.

Conclusão

Concluimos que os três livros dessa coleção Diálogo que foram analisados ao longo desse artigo, trazem reflexões importantes acerca de assuntos que são de extrema relevância para a contemporaneidade. São importantes ferramentas para se propor novas abordagens a questões que estão inseridas na pauta da VII CONFINTEA como, promover a aprendizagem de uma forma contínua e permanente ao longo da vida, promover a igualdade, inclusão, e a capacitação junto as novas tecnologias para que as pessoas possam ser inseridas no mercado de trabalho, sempre relacionando com o cuidado com o planeta e o próximo. Porém há um processo de “apagamento” no que diz respeito a PcD e seu papel junto a essas questões quer sejam no livro, quer sejam nas pautas da VII CONFINTEA. Cabe nesse processo que também é contínuo, dar vez e voz também para essa minoria com estratégias que visem combater o capacitismo estrutural vigente. Pensamos que dessa forma estaremos mais aptos para construir um mundo melhor onde todos sejam instrumentos de uma verdadeira transformação plena e realmente acessível a todos.

Referências

- Albuquerque, R. C. de. (2008). A lei de prevenção de doenças hereditárias e o programa de eutanásia durante a Segunda Guerra Mundial. *Revista CEJ*, 43-51. <https://bityli.com/faJWWoVD>
- Bigate, T. F., Wille Lima, N. R., Redovalio Ferreira, R. M., & Mariani Braz, R. M. (2017). Museu Do Amanhã: recursos de acessibilidade para eficientes visuais. *Revista Aleph*, 29. <https://bit.ly/3zg9T4n>
- Braga, P. G., & Gomes, V. L. (2018). A historicidade da pessoa com Deficiência: da Invisibilidade à inclusão. *Revista Diálogos Interdisciplinares*, 2(6), 51-62. <https://bityli.com/PrGYKJeo>
- Brasil. (2008). *Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil*. <https://bityli.com/ycduacca>
- Brasil. (2012). *Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência* / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD. <https://bit.ly/3nz79Zg>
- Brasil- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Presidência da República, *Secretaria-geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos*. <https://bityli.com/QGrcCP>
- Fernandes, J. E. dos S., et al. (2014). *Importância do Braille no Início do Ciclo Ensino-Aprendizagem dos Alunos Cegos e Com Baixa Visão*. Dissertação de Mestrado, Universidade Portucalense. <https://bit.ly/3v1M8e5>
- Ireland, T. D. Sessenta anos de CONFINTEAS: uma retrospectiva. *Educação de adultos em retrospectiva*, p. 31. <https://bityli.com/WZMsGzEn>
- Guedes, C. S.; Loureiro, A. de P. F. (2016). Educação de Adultos: de onde viemos e para onde vamos?. *Laplage em revista*, 2(1), 7-21. <https://bityli.com/bflcMDIH>

- Laurenti, R.; Mello Jorge, M. H. P. de, & Gotlieb, S. L. D. (2018). *Características da Mortalidade Infantil e da Natimortalidade da Baixada Santista*.
<https://bit.ly/3RO1hsW>
- Lima, L. M. de, & Hur, Domenico Uhng. As inscrições corporais no diagrama das alianças. *Lugar Comum—Estudos de mídia, cultura e democracia*, 50, 174-193.
<https://bitly.com/nyExZmsXF>
- Oliveira, A. F. (2022). *A História que na História não Consta: um livro de história para contar as trajetórias e narrativas das pessoas com deficiências*. Dissertação de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão, UFF.
- Pinto, F. de S. et al., (2009). *Rubéola congênita: aspectos audiológicos e a importância da vacinação*. Anais. <https://bit.ly/3PjmXM0>
- Silva; A. B. R. B. (2015). Acidentes, adoecimento e morte no trabalho como tema de estudo da História. Oliveira T. B., org. *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas*, Pernambuco e Paraíba [Internet]. Campina Grande: EDUEPB, p. 215-40, 2015. Grande: EDUEPB, 2015, pp. 215-240. ISBN 978-85-7879-333-3. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>. <https://bitly.com/qvtLMwUS>
- Silva, O. M. A. (1986). *A Epopeia Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje*. São Paulo: Cedas. <https://bitly.com/uTdxLEuD>
- Silva Junior, G. E., & Ferraz, D. P. de A. (2020). O uso dos Recursos em Tecnologia Assistiva para a Permanência de Servidores com Deficiência no Ambiente de Trabalho. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, 29(2), 89-104:
<https://bit.ly/3OdKahq>
- UNESCO. (2022). CONFINTEA VII *Marco de Acción de Marrakech Aprovechar el poder transformador del aprendizaje y la educación de adultos*.
<https://bitly.com/RWZSvcgh>
- Vendramin, C. (2019). *Repensando Mitos Contemporâneos: o capacitismo*. Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos. <https://bitly.com/UJBFX>
- Wanzinack, C. (2014). Bullying e Cyberbullying: Faces silenciosas da violência. In *Diversidade e Educação: Interseções entre corpo, gênero e sexualidade, raça e etnia*, pp. 67-81. <https://bitly.com/vQkVzSjY>

ABSTRACT:

The purpose of this article was to analyze a collection of high school books from the convergences and divergences of the VII International Conference of Adults, referring to the role of the person with disabilities. The methodology used was a qualitative bibliographic review carried out in databases and in three books that are part of the Diálogos collection. The results show that people with disabilities lack representation and we conclude that books should bring more narratives about these people.

KEYWORDS: Diversity; Inclusion; CONFINTEAS; Representativeness.

RESUMEN:

El propósito de este artículo fue analizar una colección de libros de secundaria a partir de las convergencias y divergencias de la VII Conferencia Internacional de Adultos, referentes al rol de la persona con discapacidad. La metodología utilizada fue una revisión bibliográfica cualitativa realizada en bases de datos y en tres libros que forman parte de la colección Diálogos. Los resultados muestran que las personas con discapacidad carecen de representación y concluimos que los libros deberían traer más narrativas sobre estas personas.

PALABRAS CLAVE: Diversidad; Inclusión; CONFINTEAS; Representatividad.